



ISSN 1984-5634

ARTIGO

A DIREITA VAI AO POVO: HERBERT LEVY E O DESAFIO DA ASCENSÃO POLÍTICA POPULAR (1945-1964)

Right-wing towards working class: Herbert levy and the challenge of people's political rise (1945-1964)

LARISSA RAELE CESTARI¹

RESUMO:

Analisou a ida ao povo do empresário e líder udenista Herbert Levy durante a experiência liberal democrática de 1945 a 1964, com ênfase no governo João Goulart (1961-1964). Questiono uma visão construída sobre a direita segundo a qual esta desqualificaria sumariamente as classes populares como agentes políticos. A partir de uma abordagem da história política renovada, defendo que a expansão de práticas de participação políticas no período, cuja marca foi a atuação cada vez maior dos trabalhadores, obrigou setores da direita liberal representados por Herbert Levy a reverem suas estratégias de aproximação com as classes populares e a reconhecerem o povo como sujeito político. Isso ficou evidente sobretudo no início dos anos de 1960, quando Herbert Levy empenhou-se em disputar as classes populares entendidas por ele como o grande suporte de João Goulart e do conjunto das esquerdas.

PALAVRAS-CHAVE: Direita, Herbert Levy, classes populares.

ABSTRACT:

Analysing the UDN's political party leader and businessman named Herbert Levy and his journey towards the people, during the democratic liberal experience from 1945 to 1964, with emphasis on the President João Goulart's government (1961-1964). I do question the Right-wing political view which would summarily disqualify the working class as political players. From an approach on the renewed political history, I defend that the expansion of practices of political participations in the given period, whose mark was the workers' increasing actuation, has compelled the Right-wing party sectors represented by Herbert Levy, to review their approaching strategies with the working classes and to acknowledge the people as political entity. Thus that became evident mainly on the beginning of the 1960's, when Herbert Levy committed himself to disputing the working classes understood by him as the great support to the President João Goulart and that group of the left-wing parties.

KEYWORDS: Right-wing political party, Herbert Levy, Working classes.

EDITOR-CHEFE:

Lúcio Geller Junior

EDITORA-GERENTE:

Maria Eduarda Magro

SUBMETIDO: 22.06.2020

ACEITO: 17.09.2021

COMO CITAR:

CESTARI, L.R. A direita vai ao povo: Herbert Levy e o desafio da ascensão política popular (1945-1964). *Aedos*, v.13,n.30,p.181-198,jan.–jun., 2022.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (2000) e mestrado em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (2013). Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Em junho de 1963, o empresário e líder udenista Herbert Levy, em campanha contra o governo João Goulart e os grupos de esquerda, percorreu 230 cidades brasileiras e fez comícios ao lado de líderes do Movimento Sindical Democrático (DREIFUSS, 1987, p. 305-319; SOUZA, 2001, p. 3106). Nesse mesmo ano, fundou *Notícias Populares*, um jornal voltado para as classes populares urbanas de São Paulo. Esses eventos chamavam a atenção: afinal, Herbert Levy vinha de uma tradição política liberal que evocava o ideal de uma democracia restritiva, das classes médias para cima (BENEVIDES, 1981, p. 41-258, DULCI, 1986, p. 36-45, 129). Ao mesmo tempo, tais eventos indicavam uma mudança de escala no cenário político brasileiro e remetiam à participação cada vez maior dos trabalhadores nos assuntos políticos, quer como eleitores, quer organizados em movimentos sociais, especialmente o sindical.

Este artigo analisa as estratégias políticas de Herbert Levy, representante de um segmento liberal da direita², em relação às classes populares nas disputas que marcaram o governo João Goulart. Para entender melhor essas estratégias, recupero sua trajetória política no período entre 1945 e 1964, tendo como eixo sua percepção sobre as classes populares em diferentes espaços: na disputa com o getulismo e com as esquerdas; no meio sindical; na articulação entre setores das elites; e no jogo político-partidário.

Procuo questionar e matizar uma certa visão construída sobre a direita segundo a qual esta desqualificaria sumariamente as classes populares como agentes políticos. Por essas interpretações, mesmo a partir de 1945, quando as massas populares urbanas adquiriram peso político por meio da centralidade do voto, e passaram a fazer parte diretamente do jogo político institucional, os setores representados por Herbert Levy teriam mantido a defesa de um liberalismo elitista e condenado o “cortejo das massas” (GOLDENSTEIN, 1987).

Entretanto, as ações de Herbert Levy indicaram outra postura em relação às classes populares, que resultou na adoção de estratégias de ação que, a meu ver, precisam ser recuperadas para melhor entendimento da luta política que se deu no período Goulart e o lugar das classes populares nesse contexto. Algumas questões podem ser levantadas: até que ponto seria possível manter as classes populares fora do jogo político? Ao perceberem a inevitabilidade da participação popular nesse jogo, os segmentos representados por Herbert Levy não teriam se obrigado a rever suas estratégias em relação às classes populares?

Este artigo se insere em uma linha de interpretação que vê na República de 1945 a 1964 um período de construção de um regime liberal-democrático cuja extensão e sentido político eram cada vez mais disputados (FERREIRA; GOMES, 2018). Em termos metodológicos, a recuperação da trajetória de Herbert Levy é feita seguindo a abordagem da história política renovada que integra todos os atores do jogo político. Nessa abordagem, a experiência dos sujeitos nas disputas políticas é valorizada (REMOND, 2003). Por isso mesmo, a noção de trajetória, emprestada da história dos intelectuais, é utilizada como recurso analítico (SIRINELLI, 2003). A retomada dos percursos de

2 Na definição de Jorge Ferreira (2005, p. 14), as categorias clássicas de *direita* e *esquerda*, entre 1945 e 1964, relacionaram-se ao embate entre dois grandes projetos para o país. De um lado, a *esquerda*, com um projeto reformista e “nacional-estatista”, definido como a defesa do desenvolvimento nacional autônomo e da justiça social que deveria ser garantida por um Estado interventor na economia e regulador das relações entre as classes sociais. De outro, a *direita*, com a defesa do liberalismo econômico, da abertura ao capital estrangeiro e do alinhamento incondicional aos Estados Unidos, além das restrições à ampliação dos direitos sociais e políticos. Além disso, como reforça Daniel Reis (2004), as categorias “esquerda” e “direita” devem ser sempre no plural, já que, em cada termo, agrupam-se posições, lideranças e forças diversas, das mais moderadas às mais radicais.

Herbert Levy permite traçar mapas mais precisos dos eixos de seu engajamento, e entender as disputas e as práticas do poder na experiência liberal democrática de 1945 a 1964.

HERBERT LEVY

Herbert Levy nasceu em São Paulo, em 1911, filho da italiana Anna De Matino e de Alberto Eduardo Levy, vice-cônsul inglês. Na década de 1930, se ligou aos negócios de sua família que lidava com atividades de corretagem, câmbio e títulos do café emitidos pelo governo de São Paulo. Em 1934, comprou o jornal *Gazeta Mercantil*, dedicado a assuntos econômicos, e voltado para a elite paulista. Nos anos de 1940, fundou o Banco América que, na época, se tornaria a instituição bancária mais ativa em operações cambiais, superando o Citibank. Ao longo dos anos, diversificou seus empreendimentos, investiu em fazendas de café e gado, na produção de algodão, em corretora de títulos e valores imobiliários, na indústria têxtil, bem como na propriedade de diversos imóveis em São Paulo (LACHINI, 2002; DREIFUSS, 1987, p. 538).

Já em 1960, Herbert Levy era dono de um conglomerado econômico que envolvia atividades relacionadas ao capital financeiro, agrícola e comercial. Sua atividade como agente econômico não se dissociaria de sua prática política, como deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN), entre 1947 e 1965, pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), entre 1965 e 1979, e pelo Partido Democrático Social (PDS), entre 1982 e 1986. Com a defesa intransigente dos negócios do café no Parlamento; a aproximação com a Sociedade Rural Brasileira; a oposição ferrenha à lei de remessa de lucros articulava suas ações políticas aos seus interesses empresariais.

No campo político-partidário, nos anos de 1930 e 1940, ao contrário das lideranças empresariais que se aproximaram de Getúlio Vargas, Herbert Levy se alinhou à elite liberal paulista que fazia oposição intransigente ao governo Vargas. Entre os integrantes de seu grupo estavam: Armando Salles de Oliveira e Júlio de Mesquita Filho, proprietários do jornal *O Estado de S. Paulo*; Hermann de Moraes Barros, dono do Banco Sul Americano e Waldemar Ferreira, professor da Faculdade de Direito.

O antigetulismo de Herbert Levy se intensificou a partir do Estado Novo (1937-1945) e ganhou forma partidária com a criação da UDN, em 1945, partido que o projetou como importante liderança política nacional. Foi deputado federal por São Paulo entre 1947 a 1965, e presidente nacional do partido entre 1961 e 1963. Na avaliação de Dulci (1986, p. 129), a UDN paulista tendeu a ser uma réplica das forças lideradas por Herbert Levy, Armando Salles de Oliveira e Júlio de Mesquita Filho. Era um agrupamento de elites e expressou os interesses do empresariado agrícola e financeiro, bem como as ideias dos intelectuais ligados ao jornal *O Estado de S. Paulo*.

Com a volta de Vargas à presidência da República em 1951, dessa vez escorado em milhões de votos, Levy passaria a integrar a ala udenista conhecida como “Banda de Música”, caracterizada pela oposição intransigente à política social e econômica do governo, defendida principalmente pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e apoiada pelo Partido Social Democrático (PSD), partidos que, à sua maneira, representavam a herança getulista.³ Os componentes da “Banda de Música” combatiam fortemente o modelo nacionalista então adotado, em termos de intervenção do Estado em determinados

³ Conforme assinala Delgado, no cenário político partidário do pós-1945, a herança getulista foi o elemento catalisador dos conflitos. A ela se vincularam, por apoio, o PTB e o PSD, criados sob inspiração direta de Vargas, e, por negação e oposição, a UDN. Ver DELGADO, 2003, p. 135.

setores da economia e de controle do capital estrangeiro, bem como a política de ampliação da legislação trabalhista e de maior participação dos trabalhadores na cena política.

Segundo Benevides (1981, p. 241-258), a herança liberal udenista proveio, em grande parte, do grupo paulista capitaneado por Armando de Salles Oliveira, do qual Herbert Levy foi um dos maiores representantes. Essa herança era marcada tanto pela restrição à intervenção do Estado na economia, quanto por um “liberalismo elitista” baseado na tese da presciência das elites, cujo dever seria educar e guiar politicamente o povo, na medida em que estabelecia reservas quanto à extensão da participação política popular e à ampliação da legislação trabalhista. Para Herbert Levy, o povo só teria direito à participação política quando seu nível educacional tivesse atingido um grau apreciável.

Uma das consequências desse elitismo udenista foi o constante apelo à intervenção militar e ao golpe como ações políticas válidas para consertar os “erros do povo”. A contestação dos resultados eleitorais, quando os eleitos eram vinculados ao getulismo, sob o argumento de que o “povo não sabe votar”, ou a identificação dos movimentos sociais com a vitória de Getúlio Vargas, justificavam o apelo ao golpe para “salvar a democracia” (BENEVIDES, 1981, p. 252-158).

A defesa desse “liberalismo elitista” resultou em uma prática política que marcou a oposição feita pelo grupo de Levy ao segundo governo Vargas (1951-54), especialmente no que toca às relações que o presidente estabeleceu com as classes trabalhadoras. Essa oposição ficou clara com a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho em 1953, com o objetivo de construir uma base de apoio operária que respaldasse politicamente o presidente, e aproximasse o PTB do movimento sindical. Segundo Motta (2006, p. 103), “desde então, os laços entre Goulart e o movimento sindical foram se estreitando, e o movimento ofereceu apoio decisivo ao presidente [Goulart] em momentos importantes, como na Campanha da Legalidade, que viabilizou sua posse, em agosto de 1961”.

A movimentação de Goulart junto aos sindicatos, associada à sua crescente popularidade e à proposta de aumento de 100% do salário mínimo, levou Herbert Levy, ao lado de Carlos Lacerda e de Aliomar Baleeiro, a articular, na Câmara Federal, uma acirrada oposição ao Ministro do Trabalho, denunciado como subversivo e manipulador da classe operária (BENEVIDES, 1981, p. 88). As relações de proximidade entre o Estado e o movimento sindical eram interpretadas como uma ameaça às instituições democráticas, e Goulart era acusado de, ao lado de Getúlio Vargas, manobrar os sindicatos com o objetivo de estabelecer, no país, uma “ditadura sindicalista” ao estilo de Perón na Argentina. Essa denúncia seria uma das linhas de oposição de Herbert Levy contra João Goulart até 1964⁴.

Dessa forma, as relações entre Goulart e as classes trabalhadoras, especialmente grupos sindicalistas, foco da retórica de Levy desde os anos de 1950, ajudam a explicar o investimento que fez, na década seguinte, em estratégias de aproximação das classes populares.

ENSAIO POPULAR

Enquanto as relações entre Vargas/Goulart e as classes populares eram denunciadas pelo grupo de Levy como “espúrias”, as sucessivas derrotas da UDN nas urnas levaram setores udenistas a considerarem o partido como “ruim de voto”. Essa constatação mostrava a necessidade de renovação das práticas

4 LEVY denuncia o jogo político dúplice do presidente João Goulart. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 ago. 1963, p. 3.

udenistas para atingir um eleitorado que tendia a participar cada vez mais da arena política (DULCI, 1986, p. 150-151). Para se ter uma ideia do crescimento eleitoral do período: em 1933, o número de eleitores era de 1,5 milhão (FERREIRA, GOMES, p. 263); em 1945, chegou a cerca de 7,5 milhões; em 1958, passou para 13,7 milhões e em 1962 aumentou para 18,5 milhões. (LAVAREDA, 1999, p. 38).

Assim, em 1958, ao lado dos deputados Carlos Lacerda e Juracy Magalhães, Herbert Levy foi um dos organizadores das chamadas “Caravanas da Liberdade”, que consistiram em uma série de comícios pelo interior do país, cujo objetivo era popularizar a imagem do partido. A ideia intrínseca nas “Caravanas” era que a UDN precisava “crescer para vencer”, ou seja, tinha que ampliar o seu eleitorado, o que demandava uma maior aproximação do povo. Esse aceno popular da UDN pode ser entendido como uma mudança de tática política, haja vista a centralidade do voto naquele período. Com esse objetivo, o empresário/banqueiro Herbert Levy, até então acostumado a reuniões de elite, visitou bairros periféricos onde nunca antes havia posto os pés⁵.

Nesse mesmo movimento de busca de ampliação do eleitorado, Herbert Levy foi, ao lado de Carlos Lacerda, um dos principais articuladores da candidatura de Jânio Quadros à presidência da República, a fim de quebrar “os obstáculos impostos entre a UDN e as massas trabalhadoras”⁶. Jânio Quadros era o candidato ideal, pois, ao mesmo tempo em que tinha o prestígio popular, defendia uma plataforma que incluía um programa privatista da política econômica e elementos tradicionais do moralismo udenista, como o combate à corrupção (BENEVIDES, 1981, p. 108).

A vitória de Jânio Quadros foi um dos elementos centrais para a eleição de Levy à presidência nacional da UDN, em abril de 1961. Nessa condição, Levy estabeleceu como objetivo fundamental do partido a sua aproximação com as classes populares. O *slogan* de sua gestão era “Vamos trazer a UDN para as ruas”. Nesse sentido, organizou uma série de “Concentrações Nacionais Udenistas”, no mesmo espírito das “Caravanas da Liberdade”, dessa vez com vistas às futuras eleições parlamentares marcadas para outubro de 1962⁷.

A eleição de Levy para presidir o partido também teve outro objetivo: barrar o avanço das propostas do grupo parlamentar chamado “Bossa Nova”, que surgiu, publicamente, na convenção nacional udenista, em abril de 1961. A “Bossa Nova” defendia uma linha ostensivamente oposta à da “Banda de Música”, já que era favorável a algumas medidas de corte nacionalista, como as leis antitruste e de remessa de lucros. Considerado mais progressista na avaliação de alguns, o programa da “Bossa Nova” era visto por Levy como a presença do perigo comunista “disfarçado” (BENEVIDES, 1981, p. 115).

Na virada de 1950 para a década seguinte, o anticomunismo associado ao liberalismo e ao antigetulismo tornava-se a marca do discurso e da prática de Levy, convertendo-se em um dos elementos mais fortes da cultura política liberal compartilhada por ele, e eixo central da oposição que moveria contra o governo Goulart (CESTARI, 2013, p. 36-81).

Dessa forma, a inesperada renúncia de Jânio Quadros trouxe grandes problemas para Herbert Levy e seu grupo, já que o vice-presidente da República era João Goulart. Além de herdeiro político de Vargas, Goulart possuía fortes ligações com sindicalistas e com grupos de esquerda, entre eles os

5 Ver O TSE deverá julgar hoje o recurso contra a candidatura Jânio Quadros. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 maio 1958, p. 4.

6 LANÇADO Herbert Levy à presidência da UDN. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 26 fev. 1961, p. 3.

7 Ver UDN. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 6 maio 1961, p. 3.

comunistas. Era, ainda, comprometido com um programa nacionalista e reformista, que incluía desde a reforma agrária até o controle do capital estrangeiro no país. Mas, acima de tudo, seu governo poderia representar a ampliação da participação política das classes populares, que foram vistas por Herbert Levy como o grande suporte para as ações anteriores do presidente da República.

DOS IDOS DE 1961...

A tentativa de setores militares de impedir a posse de João Goulart na presidência da República foi frustrada graças a uma ampla articulação de diversos setores da sociedade civil que defenderam a preservação da Constituição e das instituições democráticas. Nesse processo, teve destaque a atuação de Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, pelo PTB, que organizou uma cadeia nacional de comunicações, a Rede da Legalidade, e por ela conclamou a população do país a resistir ao golpe, projetando-se como uma importante liderança política no campo das esquerdas e capturando a bandeira da legalidade para esse campo (FERREIRA, 2005).

Em todas as partes do país surgiram manifestações de apoio popular à posse de Goulart, sobretudo por meio de greves de trabalhadores. Trabalhadores de vários estados criaram o “Comando Geral de Greve” (CGG), cujo único objetivo era defender a posse de Goulart (DELGADO, 1986, p. 51-52). Em São Paulo, o maior parque industrial do Brasil, a greve geral em defesa da legalidade mobilizou diversos setores, entre eles o têxtil, o portuário, o bancário, o metalúrgico e o de transportes, que constituíam a parcela mais dinâmica do sindicalismo desse estado. No Rio Grande do Sul, foram formados “batalhões operários” que seguiram os apelos de Brizola e se mobilizaram para defender a Constituição (FERREIRA, 2005, p. 288).

A crise de 1961 abriu um dos períodos mais agitados da vida política do país, marcado, sobretudo, pelo protagonismo das classes populares. Para autores como Daniel Aarão Reis (2001, p. 324-331), a resistência a essa tentativa de golpe deve ser tomada como o marco da ascensão política dessas classes, processo que se esboçava desde a redemocratização, em 1945, e que iria em um crescendo até o golpe em 1964. Ao longo do governo Goulart, parcelas significativas dos trabalhadores da cidade e do campo, com base em organizações próprias, uniram-se aos grupos de esquerda na defesa de um conjunto de reformas na sociedade conhecido pela expressão “reformas de base”, alicerce do programa de governo.

LIÇÕES DE 1961

No que toca especificamente a Levy, importa destacar a sua percepção sobre o campo político aberto com a posse de João Goulart, já que foi a partir dela que ele traçou suas estratégias de luta em relação às classes populares.

Na qualidade de deputado federal e presidente nacional da UDN (1961-1963), Herbert Levy participou ativamente das articulações que resultaram na adoção do parlamentarismo, em ampla conexão com políticos do PSD. Adversário de Goulart, compartilhava a ideia de que o parlamentarismo seria a solução adequada, pois diminuiria os poderes do presidente da República, no momento em que as elites política e econômica do país encontravam-se divididas, e em que os movimentos populares forneciam apoio decisivo à posse do vice-presidente, eleito por voto popular.

No entanto, os episódios de 1961 parecem ter funcionado como uma espécie de pedagogia política para as direitas em função da forte mobilização e do apoio popular dado a João Goulart, bem como da ampla articulação dos grupos de esquerda⁸. Nesse sentido, a visão liberal elitista, marca da atuação de Levy desde os anos de 1930, foi fortemente tensionada pela mobilização das classes populares em busca de reconhecimento como contendores políticos estratégicos. Parece ter prevalecido a ideia de que, a partir daquele momento, intervenções no processo político brasileiro só poderiam ser realizadas se contassem com o apoio dessas classes ou, alternativamente, com a sua neutralização. Isso ficou evidente na postura assumida por Levy, que liderou os setores udenistas e empresariais paulistas os quais, em busca de eficácia política, reorientaram suas práticas de atuação, passando a adotar as mesmas táticas de mobilização popular que, no passado, haviam condenado como “ilegítimas” e fruto da “demagogia”.

Essa linha de atuação vinha se esboçando desde o final dos anos de 1950, com as “Caravanas da Liberdade”. Entretanto, o objetivo das Caravanas era limitado à conquista do voto popular. No governo Goulart, esse objetivo foi ampliado para estratégias que pretendiam competir com o governo e as esquerdas na mobilização da classe trabalhadora nos diversos espaços políticos, especialmente no campo sindical.

No entanto, é importante destacar, que o reconhecimento do povo como ator político estratégico a partir de 1961 não foi feito sem tensões. Ao mesmo tempo em que, pela realidade das mobilizações populares, Herbert Levy admitia o povo como sujeito político que precisava ser conquistado, por outro continuava resistindo em reconhecê-lo como um setor formado por cidadãos políticos dotados de plena autonomia. Considerados carentes de qualificação cultural, suas ações políticas, quando à esquerda, eram sempre classificadas como frutos da manipulação das esquerdas e do governo João Goulart (CESTARI, 2013, 95-117)

Além disso, o perigo representado por uma possível adesão das classes populares aos projetos de esquerda era agravado pelo quadro internacional de Guerra Fria. Nesse contexto, as esquerdas brasileiras de diversos matizes foram rotuladas por Levy de comunistas, pois, mesmo a esquerda não-revolucionária era considerada perigosa por abrir caminho para a progressão do comunismo⁹.

Outra lição que parece ter sido tirada dos episódios de 1961 foi a de que setores da elite do país deveriam se articular e reforçar sua unidade. Essa articulação tomou forma com a criação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), em novembro de 1961. Ao lado de integrantes do núcleo liberal paulista como Hermann Moraes de Barros e Júlio de Mesquita Filho, Herbert Levy começou a participar de uma série de reuniões entre empresários paulistas e cariocas, cujo objetivo principal era estimular uma reação ao que foi percebido como uma tendência esquerdista na vida política do país. Segundo Dreifuss (1987, p. 305-319), fundamental para o sucesso desse projeto seria a disputa com o governo e as esquerdas pelos diversos espaços políticos, entre eles aqueles ocupados pelas classes trabalhadoras.

Herbert Levy participou das atividades do IPES/IBAD, sem, entretanto, deixar de lado sua própria campanha feita por meio da UDN. Ao longo do governo Goulart, sua atuação política se desenvolveu em três frentes: na disputa com as esquerdas pela influência sobre as classes populares; na articulação entre setores das elites; e no jogo político-partidário.

8 A ideia de que os episódios de 1961 serviram de pedagogia para os “grupos de direita” pode ser percebida também no depoimento de Luiz Fernando Levy, filho de Herbert Levy, a Goldenstein (1987, p. 77-79). Essa tese também é compartilhada por Mendes, 2003.

9 Ver LEVY exorta congresso à defesa da Carta. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 maio 1963, p. 52.

A DISPUTA NO CAMPO SINDICAL

Reafirmada a ideia de que uma das metas de Levy durante o governo Goulart foi a conquista do apoio das classes populares, é bom registrar que havia um interesse particular nos trabalhadores sindicalizados, considerados o principal suporte político do governo e dos grupos de esquerda. Afinal, o processo mais amplo de crescente participação popular se verificou, sobretudo, na intensificação do movimento sindical, por meio do aumento do número de greves, da criação de intersindicais, da visibilidade dos sindicatos e de sua participação na formulação de pautas nacionais (MATTOS, 2003, p. 38-39). Para isso muito contribuiu a aliança entre trabalhistas e comunistas nos meios sindicais, compondo uma corrente à esquerda que acabou por hegemonizar a parcela mais significativa e representativa do movimento sindical do período (SANTANA, 2007, p. 267).

Trata-se de um período fértil na criação de intersindicais que pretendiam unir diferentes categorias de trabalhadores a fim de dotá-las de organizações fortes para expressar demandas salariais e políticas coletivas. Essas organizações decorriam da tentativa de líderes de esquerda de fugir da estrutura sindical corporativa criada para evitar a politização das questões trabalhistas e, ao mesmo tempo, restringir as reivindicações ao plano exclusivamente salarial. Entre as principais intersindicais que atuaram no período, especialmente no cenário paulista, destacam-se o Pacto de Ação Conjunta (PAC), o Fórum Sindical de Debates (FSD), ambos reunindo os principais sindicatos de trabalhadores das empresas privadas de São Paulo e, por fim, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), com expressão em âmbito nacional e presidido por Dante Pellacani, do PCB de São Paulo.

O estreitamento das relações entre os sindicatos sob orientação do CGT e o governo Goulart permitiu uma ampliação da influência das lideranças sindicais no cenário político nacional. Ao mesmo tempo, fornecia elementos que reforçavam as denúncias de Herbert Levy do perigo da instauração de uma “República Sindicalista” no país.

Por isso, Herbert Levy fez da disputa no campo sindical uma de suas estratégias políticas. A fim de contrabalançar a força da esquerda nos meios operários, intensificou seu envolvimento com sindicatos anticomunistas, como o Movimento Sindical Democrático (MSD). Em entrevista a Goldenstein (1987, p. 78), Luiz Fernando Levy, filho de Herbert Levy, esclarecia o impacto dos episódios de 1961 e o papel dos sindicatos na visão do seu grupo:

[a partir da crise de 1961] Nós atuamos em todas as áreas que podíamos [...] nos organizamos com outros grupos: estudantis, sindicais, sindicais patronais e sindicais de movimentos anticomunistas. Naquela ocasião o sindicato era dirigido mesmo. Então, quem estava contra o dirigismo nós apoiamos de todas as formas possíveis [...]

Criado em julho de 1961, o MSD constituiu-se como uma frente sindical de caráter anticomunista, favorável à empresa privada, cuja mensagem baseava-se na negação da luta de classes, e na busca do consenso entre empresário e trabalhador com vistas à conquista de uma maior produtividade que beneficiasse a ambos. Defendia, ainda, uma concepção corporativa da estrutura sindical, que excluía a participação dos sindicalistas na vida política nacional (DELGADO, 1989, p. 266-273; DREIFUSS, 1987, 305-319; WEINSTEIN, 2000, p. 343-344). Nas principais greves políticas ocorridas no país ao longo do governo Goulart, atuou para conter e condenar as mobilizações sindicais.

Nesse sentido, a linha do MSD ia ao encontro dos interesses de Herbert Levy que procurava definir os limites do comportamento político das classes trabalhadoras. Na visão de Levy, o lugar da cidadania, para essas classes, estaria no trabalho ou em uma ação política limitada “aos valores cristãos e democráticos”, ou seja, desde que fosse contrário ao governo João Goulart e às esquerdas. (CESTARI, 2013, p. 111-117)

Vale destacar que essa forma de aproximação de Herbert Levy com o sindicalismo se alinhava a uma determinada prática do empresariado paulista em relação à questão operária. Desde a redemocratização, em 1945, as lideranças industriais paulistas passaram a atuar dentro das próprias organizações operárias a fim de construir uma base ideológica e de comportamento político em consonância com a sociedade industrial. Nesse sentido, a crescente mobilização operária no governo Goulart deu origem não tanto a uma nova orientação do discurso das lideranças empresariais em relação ao movimento sindical, mas a uma amplificação dos seus temas (WEINSTEIN, 2000, p. 71-98; p. 167-186). Para competir no meio sindical, o empresariado articulado em torno do IPES desenvolveu, por exemplo, atividades de doutrinação e treinamento de lideranças operárias, e organizou seminários e congressos sindicais. O objetivo era enfatizar a função social do capital e promover a possibilidade de ascensão econômica individual como alternativa à luta de classes (DREIFUSS, 1987, p. 305-319).

No entanto, a despeito dos esforços de Herbert Levy e do IPES, o MSD não foi um sério concorrente aos sindicatos liderados por trabalhistas e comunistas, e nem obteve a adesão dos sindicatos que constituíam a base de apoio efetivo ou potencial do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Enquanto a esquerda sindical dominava quatro das seis confederações de estrutura sindical corporativa, o MSD era forte em apenas duas: a dos Trabalhadores do Comércio e a dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

O CAMPO POLÍTICO PARLAMENTAR (1961-1962)

Apesar da oposição histórica ao herdeiro político de Vargas, Herbert Levy, até o início de 1962, ainda não considerava João Goulart como um inimigo irreconciliável. Na contramão de seu próprio grupo dentro da UDN, tentou atrair o presidente da República para o campo das forças políticas por ele denominadas de “centro”.

O recado era claro: Goulart teria apoio desde que se adequasse aos limites impostos pelo parlamentarismo, e afastasse a esquerda do círculo de poder. Como membro da comitiva do presidente da República em sua visita oficial aos EUA, em abril de 1962, Levy foi autorizado por Goulart a discutir com o presidente Kennedy os problemas da superprodução do café¹⁰. Na volta ao Brasil, passou a distribuir elogios e afagos ao presidente da República.

Apesar dessa iniciativa ter-lhe rendido severas críticas públicas dos udenistas da “Banda de Música”, o episódio é relevante, pois mostra que a solução golpista ainda não estava no horizonte do grupo liberal. Até o final de 1962, a conquista do poder pelas vias institucionais, ou seja, pelo processo político eleitoral, era o objetivo maior. Apoiar um golpe gerava o risco de interromper esse processo. Levy apostava fortemente na vitória de Carlos Lacerda à presidência da República nas eleições previstas para 1965, como forma de a UDN chegar, finalmente, ao poder, já que a tentativa com Jânio Quadros

10 RIBEIRO, Ary. Compreensão e serenidade na conferência dos presidentes. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5 abril, 1962, p. 64.

havia sido frustrada. Além disso, ele seria o candidato da UDN paulista ao governo de São Paulo em 1966 (LEVY, 1990).

No entanto, a reconciliação com Goulart foi abandonada quando, a partir de maio de 1962, se tornou claro que o presidente estava interessado em inviabilizar o parlamentarismo e voltar ao sistema presidencialista. A partir daí, Levy assumiu uma linha de oposição e fiscalização do presidente e recuperou o velho estilo de oposição udenista marcado por denúncias e vigilância, que foi em um crescendo até a deposição de João Goulart em 1964. As denúncias das “intenções golpistas” de Goulart e do perigo da comunização do país assumiram o primeiro plano dessa oposição.

A CAMPANHA PELO PLEBISCITO E AS ELEIÇÕES DE 1962

Em maio de 1962, Goulart se aproximou das forças de esquerda e da Frente Parlamentar Nacionalista e deu início à campanha pelo retorno do presidencialismo. Um dos grandes perigos que se desenhou para Herbert Levy nesse processo foi o suporte que o movimento sindical deu às pretensões de João Goulart. Sem maioria parlamentar, o presidente mobilizava apoio fora do Congresso Nacional e a estratégia obtinha sucesso. Como mostra Delgado, foi um período no qual a prática político-partidária foi permeada, sem disfarces, pela prática sindical e vice-versa (DELGADO, 1989, p. 236).

Por isso Levy intensificou sua inserção junto ao movimento sindical. Por meio do IPES, incentivou organizações que fizessem frente aos sindicatos alinhados com as esquerdas e o governo (CESTARI, 2013, p. 57-62). Entre julho e setembro de 1962, reorganizou as caravanas cívicas udenistas e apoiou as caravanas organizadas pelo MSD em direção a Brasília¹¹. O objetivo era, por meio de contrademonstrações de força, desagregar o Congresso Nacional da pressão sindicalista à esquerda. Nos comícios, era certa a presença de Levy ao lado de líderes sindicais do MSD como Antonio Magaldi, Darcy Gatto e Ourival Portal da Silva. Em seus discursos, Levy denunciava a infiltração comunista nos meios sindicais e a “manipulação” destes pelo presidente da República¹².

Paralelamente à campanha contra a antecipação do plebiscito, Levy concentrou seus esforços em torno das eleições que ocorreriam em outubro de 1962 para a Câmara dos Deputados, parte do Senado e 11 governos estaduais. Estava em jogo, acima de tudo, a composição do Congresso que legislaria por todo o governo de João Goulart, até 1965, e que, portanto, decidiria se o presidente da República teria ou não apoio institucional para seu programa político.

Em nível nacional, o PTB e a UDN representaram os principais polos do debate público em uma atmosfera de acentuada polarização política. Ambos os partidos estavam assentados no voto urbano. Entretanto, enquanto o PTB tinha suas bases nas classes populares, a UDN as tinha nas classes médias (BENEVIDES, 1981, p. 213). Na visão de Levy, urgia que o partido ampliasse sua base eleitoral com o voto popular, a fim de aumentar suas chances eleitorais. Para tanto, reeditou as caravanas udenistas que contavam com a presença significativa do sindicalismo “democrático”.

A novidade é que essas caravanas passaram a incorporar, a seu modo, o tema das reformas de base que se mostrava extremamente popular e que sinalizava uma progressiva guinada à esquerda do sistema político. Esse tema estava contido na Carta de Princípios da UDN, lançada em fevereiro de

11 HERBERT Levy critica tentativa de pressão sobre o congresso. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 ago. 1962, p. 3.

12 LEVY: infiltra-se a agitação comunista nos meios sindicais. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 23 ago. 1962, p. 5.

1962, com objetivo de fazer frente às eleições daquele ano. A reforma agrária, por exemplo, prioridade do governo Goulart, era contemplada na Carta. Entretanto, para os udenistas, mais do que distribuição de terras, a ênfase recaía em medidas de assistência financeira e técnica. Para não ser ultrapassada pelas forças de esquerda no campo político, a direção nacional da UDN, Herbert Levy à frente, revelava uma disposição para endossar uma política reformista de teor moderado. Ao mesmo tempo, procurava anular o que considerava “radicalidade” dessas propostas: o país precisava de reformas, desde que por via legal do entendimento parlamentar e dentro de um programa de estabilidade econômica, com ênfase no controle da inflação.

Vale destacar que a marca das eleições de 1962 foi o forte envolvimento das organizações extrapartidárias, tão combatidas por Herbert Levy quando mobilizadas pela esquerda. Do lado da oposição ao governo, o IBAD destacava-se ao financiar candidatos antijanguistas e anticomunistas e patrocinar uma intensa campanha na mídia. O próprio Herbert Levy participava dessa campanha, sendo figura frequente nos programas de televisão e rádio patrocinados por esse instituto, o que lhe renderia dividendos políticos: foi o candidato da UDN mais votado em São Paulo para deputado federal¹³.

Entretanto, apesar de todo o apoio do IBAD, o resultado da eleição não foi favorável ao grupo de Levy. O PTB quase dobrou sua representação na Câmara dos Deputados, tornando-se a segunda força no parlamento: suas cadeiras aumentaram de 66 para 116, representando 28% do total. Os partidos liberais e conservadores haviam perdido a hegemonia, embora a UDN e o PSD, juntos, alcançassem 54% das cadeiras. Como diz Lavareda, certamente o PTB deveria firmar sua liderança nas próximas eleições parlamentares marcadas para 1966 (LAVAREDA, 1991, p. 95). Em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, Levy declarava reconhecer que estava sendo surpreendido com alguns resultados desfavoráveis¹⁴.

O resultado do plebiscito, em janeiro de 1963, seria outra derrota. A vitória do presidencialismo foi avassaladora, em uma proporção de cinco votos para um. O comparecimento em peso do eleitorado colocou por terra a tese de Herbert Levy de que “o povo está totalmente desinteressado do problema do plebiscito, não entende disto, não quer saber disto”¹⁵, e revelou o crescente grau de politização do eleitorado do período. João Goulart retirou do episódio todas as vantagens possíveis, emprestando ao retorno do presidencialismo o significado de apoio popular ao seu programa de reformas de base.

Tomados como derrotas políticas, os resultados das eleições e do plebiscito evidenciaram a necessidade de ampliar a base de apoio popular aos setores oposicionistas. Além disso, o principal recurso institucional – o parlamentarismo – para a contenção das ações do governo foi sepultado. No início de 1963, o cenário seria de radicalização política.

A RADICALIZAÇÃO DAS RUAS

A volta do presidencialismo e o impasse no legislativo, levou as esquerdas lideradas por Brizola, do PTB, a assumir o que Jorge Ferreira denominou de “estratégia do confronto”. Na visão desses grupos, as reformas de base só sairiam se houvesse mobilização popular e pressão sobre o Congresso. Assim,

13 PSD-PSP será provavelmente a aliança partidária mais votada. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 out. 1962, p. 3

14 *Ibidem*.

15 LEVY condena a deturpação do regime. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 set. 1962, p. 5.

no início de 1963, surgiu a Frente de Mobilização Popular (FMP), uma organização extraparlamentar de caráter reformista e nacionalista. Nela estavam representados os principais grupos de esquerda: sindicalistas com o CGT, estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), associações de sargentos, marinheiros e fuzileiros navais; setores das Ligas Camponesas, militantes dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o grupo compacto do PTB, os “nacional-revolucionários”, e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN); além dos seguidores de Miguel Arraes, governador de Pernambuco (FERREIRA, 2004).

A estratégia da FMP era pressionar o Congresso Nacional por meio de movimentos de rua como passeatas, comícios, manifestações e greves operárias. Os líderes da FMP exigiam que o presidente Goulart pusesse fim ao que denominavam de “política de conciliação” e a implementação imediata das reformas de base, com aprovação ou não do Congresso. O seu lema era: “reformas de base na lei ou na marra” (FERREIRA, 2004). Portanto, ao contrário do ocorrido em 1961, as esquerdas lideradas por Brizola estavam dispostas a romper com a legalidade constitucional (*Ibidem*).

A radicalização do cenário político reforçou, no grupo de Levy, a necessidade de atuar com as mesmas estratégias escolhidas pelo adversário. Nas palavras de Luiz Fernando Levy: “[...] fizemos grupos de dez também, aprendemos a lição.” (GOLDENSTEIN, 1987, p. 78). Assim, se a esquerda radicalizava e ganhava as ruas, os setores do empresariado e políticos udenistas também partiam para o confronto.

Nesse sentido, Levy integrou a linha de frente da oposição radical a João Goulart e estreitou seus contatos com o grupo de políticos, empresários e militares que, por meio do IPES, planejava uma ofensiva contra o governo. Entre as estratégias desse grupo estava a preparação de contramobilizações para competir com as esquerdas pelo espaço das ruas e pelo apoio das classes populares.

De maio a julho, Levy visitou 230 cidades e participou de manifestações públicas organizadas pelo IPES para arremeter a opinião pública contra o governo. Dentre essas manifestações destacou-se a chamada Convenção do Pacaembu, realizada em São Paulo, em junho de 1963. Nesse comício, foi enfatizada a presença de líderes do MSD. O objetivo era dar uma cara popular e legitimar as ações que estavam sendo planejadas contra o governo (DREIFUSS, 1981, p. 387-388).

Após o comício do Pacaembu, a opção por uma aliança com os setores militares para derrubar João Goulart foi colocada por elementos do grupo de Levy. Era vista como a forma de barrar o crescimento das esquerdas e de João Goulart, bem como o processo de politização à esquerda das classes populares, já que o principal recurso institucional para frear as ações do governo, o parlamentarismo, havia sido sepultado. Segundo Hélio Silva (1975, p. 249-252), com esse objetivo foi realizada uma reunião na casa de Júlio de Mesquita Filho. A tarefa dada a Levy seria a articulação com os militares do II Exército. Ele deveria convencê-los de que a ruptura institucional seria um ato legítimo em “defesa da democracia”. (Levy, 1990).

Entretanto, no início de 1963, os setores golpistas ainda eram minoritários e fragmentados (MENDES, 2003; FERREIRA; GOMES, 2014; MOTTA, 2002), diferente do que defende Dreifuss (1987). Além disso, até o final de 1963, não tinham bases políticas, sociais e militares. No Congresso, o PSD, partido majoritário, considerado o fiador do sistema político, apesar das relações cada vez mais desgastadas com Goulart, mantinha a defesa da legalidade. Da mesma forma se posicionava a maioria da

oficialidade das Forças Armadas. Na sociedade civil, segmentos importantes do empresariado, da classe média e da imprensa apoiavam a legalidade. Isso, sem falar dos movimentos populares, especialmente o sindical, que davam expressivo apoio ao governo.

Por isso mesmo era necessária uma ampla campanha de opinião pública contra o governo que atingisse não apenas as classes médias, mas também as classes populares, consideradas o suporte para as ações de João Goulart e das esquerdas¹⁶. Nesse contexto, a proposta de criação do jornal *Notícias Populares*, oferecida pelo jornalista romeno, Jean Melle, em junho de 1963, foi ao encontro dos interesses de Herbert Levy.

O JORNAL NOTÍCIAS POPULARES

A criação do jornal *Notícias Populares* foi entendida por Levy como mais uma forma de ter acesso aos grupos populares. Segundo ele, os “jornais liberais e conservadores fieis à democracia tinham pouca penetração na área popular”, deixando livre o mercado de jornais populares paulista para a atuação de *Última Hora*, jornal de Samuel Wainer identificado com as propostas do governo João Goulart (LEVY, 1990, p. 111). Levy, por exemplo, era proprietário do jornal *Gazeta Mercantil*, voltado para assuntos financeiros e para leitores da elite paulistana.

Nesse sentido, *Notícias Populares* foi transformado em um instrumento estratégico na disputa pelo apoio das classes populares. As posições da UDN e de Herbert Levy pautaram o noticiário político. Levy foi ponto frequente no jornal, ocupou as colunas, gerou notícias, fotos, elogios. Aparecia sempre como protagonista dos acontecimentos. Denunciava o perigo da infiltração comunista no Brasil, os “planos golpistas” de João Goulart, e se posicionava como opositor intransigente do governo na defesa do povo e da democracia. Títulos como “Levy: Jango atrasa mínimo para fazer revolução”¹⁷ ou “Levy: nenhum acordo com Goulart”¹⁸ davam o tom dessa editoria.

Não por acaso, o jornal empreendeu a tarefa de construção de uma imagem popular de Levy. Como exemplo dessas iniciativas, estavam as matérias publicadas em que o empresário e político udenista pedia urgência na aprovação da escala móvel de salários, que propunha aumentos semestrais com base nos índices da inflação do país¹⁹. A defesa desse projeto era um importante instrumento de expansão partidária e eleitoral. O objetivo de Levy era disputar com o PTB a autoria e retirar essa bandeira das esquerdas.

Ao mesmo tempo, por meio de *Notícias Populares*, os setores representados por Herbert Levy convocavam a população para se juntar à “luta democrática dos udenistas” contra a subversão. No dia 16 de janeiro de 1964, por exemplo, o jornal estampava a manchete: *Bilac Pinto: vamos armar o povo contra a subversão*²⁰. Dessa forma, buscava o apoio popular para a estratégia do líder udenista que denunciava uma suposta “guerra revolucionária” em curso no Brasil e, assim, legitimar as ações que

16 Os estudos sobre a campanha na mídia contra o governo João Goulart se concentram na grande imprensa voltada para um público das classes médias e das elites. Ver, por exemplo, Carvalho (2010), Abreu (2006). Poucos são os trabalhos sobre a imprensa popular nesse contexto. Sobre o tema, ver CESTARI (2013)

17 LEVEY: Jango atrasa mínimo para fazer revolução. *Notícias Populares*. São Paulo, 19 fev. 1964, p. 6.

18 LEVEY: nenhum acordo com Goulart. *Notícias Populares*. São Paulo, 18 out. 1963, p. 4.

19 MENDES, Flávio. Nossa redação em Brasília. *Notícias Populares*, São Paulo, 19 nov. 1963, p. 6.

20 BILAC Pinto: vamos armar o povo contra a subversão. *Notícias Populares*. São Paulo, 16 jan. 1964, p. 1.

a direita preparava contra o governo Goulart. O discurso do jornal acompanhava o clima de tensão e buscava o convencimento das classes populares para as opções políticas feitas pelo grupo de Levy (CESTARI, 2013, p. 118-163).

NO CALOR DA HORA

A primeira edição do *Notícias Populares* saiu no dia 15 de outubro de 1963. Portanto, após a recusa, pelo Congresso Nacional, ao pedido de estado de sítio feito por Goulart, 11 dias antes. Nos setores oposicionistas, esse episódio reforçou a ideia de que o presidente, aliado aos comunistas, planejava um golpe continuísta (MOTTA, 2002). A partir desse evento, Goulart perdeu a bandeira da legalidade para a oposição que passou a articular um movimento ofensivo contra o governo. Formou-se uma frente antiGoulart, reunindo elites empresariais, militares, políticos e as classes médias. Ao mesmo tempo em que as opções democráticas se estreitavam, as apostas golpistas se alargavam para os grupos de diversos matizes políticos, quer da direita ou da esquerda (FERREIRA; GOMES, 2014).

O ápice desse processo se deu com a realização do Comício da Central do Brasil, em 13 março de 1964, organizado para selar o comprometimento público do presidente da República com a coalizão de esquerda pelo programa máximo das reformas de base. Nesse momento, Goulart voltava-se para os grupos – trabalhadores da cidade e do campo, estudantes, as esquerdas e seus partidos – que sustentaram sua trajetória política. Essa guinada foi dada após as tentativas fracassadas de reconstruir sua base política, formada pela aliança PSD e PTB, e de afastar as esquerdas mais radicais (FERREIRA; GOMES, 2014). Para Herbert Levy, o comício do dia 13 sinalizava que João Goulart “avançava ousadamente no caminho da subversão”²¹.

A reação de maior impacto ao comício foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada pelos grupos liberais e conservadores em São Paulo, em 19 de março. Herbert Levy foi um dos participantes de destaque. Na primeira fila, ao lado de outros voluntários paulistas de 1932, discursou e enfatizou “a vinda do *povo* em massa” [grifos meus]²². Sob a bandeira da defesa das instituições democráticas contra o comunismo, pretendia demonstrar apoio da população à derrubada de Goulart e, assim, criar um clima propício para uma intervenção militar.

Notícias Populares deu destaque à Marcha ao publicar grandes manchetes, fotografias e discursos de líderes udenistas, especialmente de Herbert Levy. Títulos como “Mobilização antigolpista: marcha com Deus é hoje”²³ ou “Povo mobilizado contra o golpe”²⁴ foram recorrentes no jornal e buscavam o engajamento dos leitores ao evento. O apoio popular era fundamental nesse momento, pois daria legitimidade ao golpe que se preparava contra Goulart.

A marcha reuniu, sobretudo, as elites empresariais, políticos, religiosos e as classes médias paulistanas. Contudo, as classes populares, em menor número, também estiveram presentes, principalmente operários filiados ao “sindicalismo democrático”, como o MSD ou os círculos operários. Foi grande o esforço de Levy para dar legitimidade popular ao evento: as lições de 1961 não tinham sido esquecidas.

21 INICIOU-SE no comício de anteontem a guerra revolucionária. *Notícias Populares*, São Paulo, 16 mar. 1964, p. 4.

22 SÃO PAULO veio às ruas para defender a democracia. *Notícias Populares*, São Paulo, 20 mar. 1964, p. 1.

23 MOBILIZAÇÃO antigolpista: marcha com Deus é hoje. *Notícias Populares*, São Paulo, 19 mar. 1964, p. 1.

24 POVO mobilizado contra o golpe. *Notícias Populares*, São Paulo, 20 mar. 1964, [ilegível].

Após o golpe de 1964, Levy apoiou todas as medidas formalizadas pelo Ato Institucional Número 1 (AI1), tais como: intervenções nos sindicatos à esquerda; dissolução das organizações populares, como o CGT, a UNE e as Ligas Camponesas; cassações e suspensões dos direitos políticos; prisões e instalação de Inquéritos Policiais Militares (IPMs), etc. Contrariado com as hesitações do presidente-general Castelo Branco quanto às cassações, não admitia que “o sentido generoso da Revolução deite a perdê-la em seus objetivos essenciais” (BENEVIDES, 1981, p. 128).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A República de 1946 a 1964 experimentou uma expansão de práticas de representação e participação políticas, cuja marca foi a atuação cada vez maior dos trabalhadores nos assuntos políticos quer em termos eleitorais, quer em termos associativos, especialmente o sindical. República e democracia se combinavam e sua extensão e sentido políticos eram cada vez mais disputados (FERREIRA; GOMES, 2018).

É nesse contexto que se entende as estratégias políticas de Herbert Levy em relação às classes populares. Ao longo do artigo, procurei mostrar que a presença expressiva dos trabalhadores mudou a escala da cena política e transformou a forma de fazer política de um segmento liberal da direita representado por Herbert Levy. Como afirma Chaloub (2019, p. 38), a costura de alianças agora precisava conviver com o diálogo aberto com as massas. Mesmo políticos com uma agenda elitista e restrições ao processo de democratização tiveram que rever suas estratégias e incorporar as classes populares a fim de obter sucesso político. Daí se entende o engajamento de Levy, a partir de 1958, nas Caravanas da Liberdade, que apresentavam um projeto de expansão nos meios populares, dada a importância do voto no período. A partir delas, Levy estabelecia contanto com uma população com a qual não estava acostumado a lidar. As eleições não se resolviam mais em reuniões a portas fechadas.

Mas foram sobretudo as disputas no governo João Goulart, com o fortalecimento dos grupos de esquerda e a ressonância de suas propostas em expressivos setores dos trabalhadores, que fizeram a ida ao povo de Herbert Levy mudar de escala e atingir o ápice.

Trabalhei com a ideia de que um conjunto de eventos ocorridos nos primeiros anos da década de 1960, sustentados por ampla campanha popular – a luta pela posse de Goulart (1961), a campanha pelo plebiscito (1962), o crescimento eleitoral do PTB (1962) e a vitória do presidencialismo (1963) –, serviu de *pedagogia política* para Herbert Levy. Tomados como derrotas políticas, tais fatos foram atribuídos, em parte, às mobilizações populares favoráveis a João Goulart, o que evidenciou a necessidade de ampliar a base de apoio popular aos setores de oposição ao governo. Na visão de Herbert Levy, as estratégias do presidente e dos grupos de esquerda só teriam sucesso se fossem respaldadas pelas ações dos movimentos populares.

Por isso todo o empenho de Herbert Levy em conquistar e subtrair as classes populares da influência de João Goulart e das esquerdas. A disputa pelo apoio dessas classes apareceu tanto na sua atuação junto ao movimento sindical quanto na própria iniciativa de fazer um jornal como o *Notícias Populares*. A partir de 1961, suas estratégias iam além da expansão eleitoral e pretendiam disputar as classes trabalhadoras também nas organizações de classe e na ocupação das ruas.

Nesse sentido, diferente da interpretação segundo a qual os setores liberais representados por Levy teriam mantido a defesa de um liberalismo elitista e condenado o cortejo das massas, procurei mostrar que as classes populares foram reconhecidas como atores políticos estratégicos que precisavam ser conquistados. O que requereu um aprendizado nada desprezível.

No entanto, esse reconhecimento não foi feito sem tensão. Ao mesmo tempo em que, pela realidade das mobilizações populares, Herbert Levy reconhecia o povo como sujeito político que precisava ser conquistado, por outro, continuava resistindo em reconhecê-lo como um setor formado por cidadãos políticos dotados de plena autonomia. Por isso, procurava definir os limites do comportamento político das classes populares. O lugar da cidadania, para essas classes, estaria no trabalho ou em uma ação política limitada “aos valores cristãos e democráticos”, ou seja, desde que fosse contrário ao governo João Goulart e às esquerdas.

Ao mesmo tempo, a expansão das práticas de representação e participação políticas, marcada pela expressiva presença popular, fez com que a política ganhasse doses de indeterminação até então desconhecidas. Nesse sentido, o fortalecimento da democracia representativa pós-46, ao contrário de ser um período de estabilidade, se fez em meio a inúmeras tentativas de derrubada da ordem institucional. O que não quer dizer que o período deva ser lido como a crônica de uma morte anunciada, como se o golpe estivesse ali desde sempre (FERREIRA; GOMES, 2014). Múltiplas possibilidades se apresentavam para os agentes do período, para aqueles que não sabiam qual seria o resultado do jogo. Por isso as apostas de Herbert Levy tanto nas eleições presidenciais de 1965 quanto em soluções extrainstitucionais. Para ambas as apostas, a conquista do apoio popular era imprescindível para obtenção do sucesso político.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-1964)*. Niterói: Editora UFF, Editora NitPress, 2010.
- CHALOUB, Jorge. A banalidade do mal na política (A longevidade do lacerdismo). *INSIGHT INTELIGÊNCIA*, Rio de Janeiro, v. 84, p. 22-32-42, 2019.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O comando Geral dos trabalhadores no Brasil: 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB. Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1986.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG\PROED, 1986.

- FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh, v. 24, n. 47, jan – jun, 2004, p. 181-212.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964. *O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 251-275, 2018.
- FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.
- LACHINI, Claudio. *Um revolucionário perplexo: biografia de Herbert Victor Levy, jornalista, banqueiro, político e empreendedor*. Belo Horizonte: Fórum de líderes Empresariais, 2002.
- LAVAREDA, José Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: fundo\Iuperj, 1991.
- LEVY, Herbert. *Liberdade e Justiça Social*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
- LEVY, Herbert. *Viver é lutar*. São Paulo: Saraiva, 1990.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- MENDES, Ricardo Antonio Souza. *Visões das direitas no Brasil (1961-1965)*. Rio de Janeiro, 2003. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917- 1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, René (Org). *Por uma história Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RÉMOND, René. Uma história presente. In : RÉMOND, René (Org). *Por uma história Política*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros: a aliança comunista - trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Fernando Teixeira; NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicato e política (1945-1964). In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história Política*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SOUSA, Luís Otávio de. Levy, Herbert. In: ABREU, Alzira Alves de et al.(org). *Dicionário histórico biográfico brasileiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

WEINSTEIN, Barbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez\ CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.